

23 MAR 2000

O balanço positivo de Malan

O pior da crise passou, a inflação continua em baixa e o Brasil está retomando o crescimento. Entre 2000 e 2002, o Produto Interno Bruto (PIB) poderá aumentar em ritmo superior, em média, a 4% ao ano. A economia brasileira tornou-se mais produtiva nos últimos anos, graças a uma série de reformas. O governo, apesar dos avanços, rejeita a idéia de relaxar a política de ajustes. É parte dessa política a redução da dívida pública. Esse é um resumo dos temas mais importantes abordados pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, numa entrevista publicada pela revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas. Não há declarações surpreendentes, mas a conversa do ministro com o professor e economista Roberto Fendt, seu entrevistador, resultou num documento importante.

Malan raramente se estende em pronunciamentos a respeito da economia e da política econômica. Nessa entrevista, ele reafirma a orientação da política oficial, apresenta uma avaliação das perspectivas e explica, de modo muito

claro, como entende o compromisso do governo com o desenvolvimento.

Apesar dos avanços, admite Malan, resta consolidar o regime monetário, resolver o problema da Previdência e instituir um sistema duradouro de responsabilidade fiscal. Mas existem agora condições muito mais favoráveis para se avançar na solução desses problemas do que aquelas observadas há poucos anos.

Pela primeira vez, em muito tempo, a moeda nacional sofreu uma desvalorização real suficiente para produzir uma alteração efetiva dos preços relativos. Noutros tempos, a inflação eliminava rapidamente os efeitos da variação cambial. Os ganhos de competitividade sumiam em pouco tempo e era preciso realizar novos ajustes. Desta vez, nada disso ocorreu.

Isso explica, segundo Malan, a evolução bem diferenciada dos preços por atacado e dos preços ao consumidor. O real, poderia ter dito o ministro, se quisesse recorrer a um paradoxo, provou sua solidez precisamente com a desvalorização. Não se derreteu, como proclamaram os críticos apres-

sados, mas acomodou-se noutro nível e continuou a servir à economia com eficiência.

Os bons efeitos da mudança cambial estão refletidos na maior solidez do balanço de pagamentos. O déficit comercial diminuiu no ano passado e a conta de comércio exterior tende a melhorar neste ano. O déficit em conta corrente, agora menor, está sendo financiado apenas por investimentos diretos. O País se tornou menos dependente do endividamento e dos capitais de curto prazo.

Tudo isso cria condições, obviamente, para reduções adicionais da taxa de juros, mas o ministro preferiu, na entrevista, manter-se discreto quanto a isso. Mandou, no entanto, uma clara mensagem aos mercados: o governo mantém o compromisso de controle da inflação. A política monetária, portanto, continuará voltada para esse objetivo. Também será conservado o rumo da política fiscal. As metas de superávit primário,

lembrou Malan, foram concebidas em setembro de 1998, antes, portanto, do acordo com o Fundo Monetário Internacional. O objetivo era e continua a ser a redução gradual da relação entre a dívida pública e o PIB. Esse lembrete é especialmente importante, quando até políticos da base governista mostram desco-

nhecer por que os superávits primários estão entre as metas oficiais.

Oportuna reafirmação do compromisso com a estabilidade

O desenvolvimento, disse o ministro, respondendo a outros críticos, sempre foi objetivo dos criadores do Plano Real. Não haveria crescimento, no entanto, sem a estabilidade monetária e sem as reformas, em vários setores, destinadas a estimular os ganhos de produtividade. Talvez se possa cobrar do governo algo mais que reformas como essas, mas um ponto é inegável: sem elas, nenhuma política de crescimento iria longe. Desenvolvimento é assunto complexo demais para ser discutido em palanque eleitoral.